

OBRA DA Ex-presidente alega estar sendo
CÂMARA » crucificado por combater corrupção

Em depoimento, Deucimar se diz inocente no caso

TÉO MENESES
DA REDAÇÃO

O vereador Deucimar Silva (PP) afirma que está sendo crucificado e correndo risco de cassação por suposto superfaturamento na reforma do prédio da Câmara de Cuiabá por ter combatido corrupção na Casa. A afirmação foi feita durante depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em que até reforço policial foi cogitado para conduzir coercivamente representantes da Alos Construtora, responsável pelo serviço que teria sido superfaturado em mais de R\$ 1,1 milhão.

Sem citar nomes, Deucimar alegou não ter responsabilidade no caso porque isso deveria ser atribuído ao engenheiro Carlos Anselmo, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Habitação em agosto de 2009 para a reforma que se estendeu até 2010 e custou R\$ 3,5 mi-

lhões. “Estou pagando aqui o preço por ter sido o presidente que mais combateu a corrupção aqui nessa Casa em mais de 20 anos. Tentaram me intimidar outras vezes e não recuei. Não será dessa vez que vou recuar”.

Sobre a responsabilidade do engenheiro Carlos Anselmo, Deucimar alega que o engenheiro atestou a planilha de preços e os serviços em ofício encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). Em depoimento, ele contrariou a versão dizendo que apenas assinou documentos elaborados pelo Legislativo.

Deucimar foi ouvido pela CPI por quase duas horas e meia. Acompanhado pelo advogado Ronan Oliveira e antigos assessores, Deucimar entregou ainda cópia do relatório do TCE que confirmou superfaturamento. “Os depoimentos prestados até agora nessa Comissão e os conselheiros confirmaram os problemas, mas em nenhum momento fui citado

como responsável”.

Questionado sobre o fato de ter homologado a licitação mesmo com superfaturamento, Deucimar alegou que a rotina atribuída de presidente não possibilitou a ele acompanhar detalhes. “Imaginem se a presidente Dilma Rousseff (PT) tivesse que parar o trabalho para sair por aí averiguado a espessura do asfalto no país. Ela não conseguiria fazer mais nada. Além do mais, a lei brasileira diz que cada um responde pelos próprios atos e isso deve ocorrer agora”.

O presidente da CPI, Edivá Alves (PSD), sugeriu que o vereador do PP tenha agido com falta de zelo, o que foi compartilhado pelos demais membros da Comissão e pode complicar o parlamentar num eventual julgamento em plenário. Isso porque essa avalia-



Chico Ferreira

Deucimar Silva defende ser impossível para um presidente acompanhar tantos detalhes na função

ção é de certa forma subjetiva, podendo variar de vereador para vereador, o que colocaria o futuro do parlamentar aos sabor da correlação de forças políticas da Casa.

Edivá também questionou Deucimar se não haveria um conluio entre as empresas que participaram do processo licitatório para reforma, já que, mesmo com preços muito acima do cobrado no mercado, todas apresentaram propostas financeiras parecidas. Elas oscilaram entre R\$ 3,1 mi-

lhões e R\$ 3,5 milhões e havia itens com mais de 1.000% acima do cobrado em média por empresas da Capital.

Além de Deucimar, deveria ter sido ouvido ontem o representante da Alos Construção, Alexandre Lopes Simplício. Ele não compareceu e nem justificou, podendo ser alvo nos próximos dias de uma condução coercitiva. Hoje devem ser ouvidos 3 antigos servidores da Câmara. O relatório deverá ser votado em plenário no mês de abril.

QUESTIONAMENTO

Projeto não cumpriria acordo

SONIA FIORI
DA REDAÇÃO

O aumento de carga tributária incidente sobre o setor produtivo de Mato Grosso passa pelo crivo da Assembleia Legislativa e deverá ser pauta de novos debates. Deputado Dilmar Dal’Bosco (DEM) pediu vista da mensagem 10/12 do Executivo que trata da aplicação da Unidade de Padrão Fiscal (UPF), que no início do ano atingiu a marca de R\$ 46,27, sobre taxas a cargo do Instituto de Defesa Agropecuário (Indea). É que acordo firmado entre o go-

verno e representantes da área teria sido descumprido no texto da matéria. O parlamentar vai apresentar emenda modificativa de autoria de lideranças partidárias, para assegurar a redução dos valores.

Atento para as movimentações no Parlamento, o líder do governo, deputado Romoaldo Júnior (PMDB), informou não ter tido acesso a mensagem, mas de antemão comunicou que fará interlocação junto a administração estadual para confirmar proposta construída em comum acordo com o setor produtivo.

As discussões contam com

participação do deputado Zeca Viana (PDT), que fez gestão acentuada para convencer o governo a rever o aumento da UPF, que incide sobre diversos setores produtivos. Os trabalhos do parlamentar também se deram no campo da revisão de valores aplicados sobre a taxa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Dilmar disse que compreende a necessidade do Estado de promover acréscimo sobre unidades utilizadas como parâmetro para aplicação de taxas. Mas avisou que todas as alterações devem ocorrer dentro da esperada coerência.



Otmar de Oliveira

Deputado Dilmar Dal’Bosco alega que mensagem do governo sobre UPF não atende pedidos

MOÇÃO DE APLAUSO »

Grupo Gazeta é homenageado por deputados

MARCOS LEMOS
DA REDAÇÃO

Todos os 15 deputados estaduais presentes na sessão noturna de ontem da Assembleia Legislativa assinaram um projeto de Moção de Aplauso de autoria do deputado Walter Rabello (PSD) endereçado ao Grupo Gazeta de Comunicação, ao superintendente João Dorileo Leal, aos funcionários da instituição e ao Projeto Viva seu Bairro, que é realizado há 17 anos e que no último domingo reuniu 25 mil pessoas no bairro CPA 2, com show da ban-

da Calypso. O encerramento do programa em 2011, também com show nacional, foi no mesmo bairro, como acontece todos os anos.

“Essa moção tem o condão de enaltecer todo um trabalho social, cultural e de integração da sociedade com o Grupo Gazeta de Comunicação”, disse o autor da Moção de Aplauso, que foi aprovada e segue para publicação.

O deputado pessedista criticou aqueles que, segundo ele, tentam dar uma conotação político eleitoral ao evento sociocultural que é realizado há quase duas déca-

das e que sempre norteou a empatia existente entre a sociedade mato-grossense e a empresa de comunicação que é uma das maiores do Centro-Oeste. “O projeto Viva Seu Bairro é apenas uma de muitas ações desenvolvidas pelo Grupo Gazeta, que tem sua parcela de responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e voltada para o bem-estar de todos”, disse o parlamentar.

Na última terça-feira, o Projeto Viva Seu Bairro e o Grupo Gazeta de Comunicação foram alvo de críticas na sessão do Tribunal

Regional Eleitoral (TRE/MT), sob alegação de que o empresário João Dorileo Leal, que seria pré-candidato à Prefeitura de Cuiabá, estaria se utilizando do evento de forma a obter a simpatia ou votos da população.

“João Dorileo Leal é pré-candidato, mas não quer dizer que será candidato e além do mais, a sociedade mato-grossense, e principalmente o eleitor, não é essa massa de manobra que alguns magistrados acreditam que pode ser manipulada”, disse o deputado Walter Rabello.



Chico Ferreira

Walter Rabello defende evento das acusações de ser eleitoreiro



Marcos Vergueiro/Secom-MT

Governo do Estado entrou com ação contra governo federal para garantir liberação de empréstimos

STF pede informações ao governo

REDAÇÃO DO GD

O ministro relator da ação cautelar proposta por Mato Grosso contra ato da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Ayres Brito, concedeu um prazo de 5 dias, a partir da notificação do órgão federal que deveria acontecer nesta quarta-feira (28), para se defender a respeito dos pleitos do Estado. Somente a partir dos 5 dias é que o ministro definirá se concede ou não a liminar que libera a contratação de empréstimos para as obras da Copa do Mundo de 2014 e para a reestruturação das dívidas de Mato Grosso.

No dia 21 de março, Mato Grosso ajuizou, no Supremo Tribunal Federal, ação cautelar com pedi-

do de liminar em que pede que a União, por intermédio da STN, suspenda impedimento imposto com base na Lei de Responsabilidade Fiscal à contratação de empréstimos internos e externos para cumprir compromissos assumidos pelo governo estadual envolvendo a realização de obras de infraestrutura para jogos da Copa na capital do estado, Cuiabá.

Na ação cautelar (AC) 3105, o governo estadual alega que, em virtude dessa sanção, aplicada sem o devido processo legal, está impedido de concretizar, por falta de aval da União, um empréstimo de R\$ 1,151 bilhão junto à Caixa Econômica Fe-

deral, cuja primeira parte, no valor de R\$ 423,7 milhões, aguarda apenas o imprescindível aval da STN.

Além disso, ainda conforme alegação do governo mato-grossense, existem outros dois empréstimos em análise na STN, sendo o primeiro destinado à renegociação da dívida do Estado com a União, por meio de obtenção de empréstimo em condições mais favoráveis junto ao Bank of America, e outro, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de R\$ 26,46 milhões, destinado à estruturação da administração tributária estadual. (Confira matéria completa no Portal GD)

